



## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA VIGÊNCIA DOS GOVERNOS MILITARES PÓS-1964: UM ENFOQUE NO ENSINO SUPERIOR**

Magnólia Maria da Rocha Melo  
IFRN Campus Mossoró  
cinemagnolia@yahoo.com.br  
Marinezio Gomes de Oliveira  
IFRN Campus Mossoró  
marinezioliveira@hotmail.com

### **INTRODUÇÃO**

O princípio da década de 1960 foi bastante conturbado para as classes dominantes brasileiras, uma vez que a sociedade enfrentava uma crise de grande porte nas esferas econômica e política, resultado das manifestações populares em prol das reformas sociais e da ameaça comunista, intensificada com a Revolução Cubana. O contexto assinalado intensificou as tensões entre o capital e o trabalho, refletindo diretamente na hegemonia do Estado brasileiro.

A instabilidade que assolava o Brasil nesse período culminou na intervenção das Forças Armadas na estrutura do poder vigente, deflagrado pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964. Nesse contexto, a educação também sofreu transformações para se adequar à nova ordem vigente. Diante do quadro assinalado, o objetivo do presente trabalho é discorrer sobre as políticas educacionais vigentes nesse período, mais notadamente as desenvolvidas para o ensino superior.

### **METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento deste trabalho, foi utilizada, como metodologia, a pesquisa bibliográfica. Que de acordo com Cervo e Bervian (1996, p.48), “procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos”, enfatizando a busca por informações em fontes bibliográficas já publicadas. Nesse sentido, fizemos uso de Freitag, Germano, Romanelli e Souza e Otronto.

### **A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E O ENSINO SUPERIOR PÓS-64**

A educação brasileira, nesse período, preparou sua clientela para exercer profissões de acordo com sua classe social. Nesses termos, postos elevados, que requeriam do profissional uma formação universitária, passaram a ser preenchidas

---



quase que exclusivamente por estudantes oriundos das classes abastardadas da sociedade, uma vez que os filhos da classe operária, na maioria das vezes, restringiam a sua educação ao nível mais elementar.

Vale salientar que, quando um membro da classe proletária atingia o ensino superior, não cursava o que gostaria, mas o que se adequava ao horário, ao custo e à facilidade de aprovação. Isso demonstra que chegar à universidade não se traduzia na livre escolha, mas na condição de classe a que o indivíduo estava atrelado. Freitag (1986, p. 68), refletindo sobre esse período, afirma:

Assim, o sistema educacional, além de reproduzir globalmente a estrutura de classes, coloca dentro de cada uma delas - os indivíduos na estrutura ocupacional, não a base do que poderiam ser por suas aptidões, mas à base do que sua condição de classe lhe permitiu ser. Os ramos de estudo que exigem dedicação exclusiva e não permitem o trabalho [...] são quase de exclusivo domínio das classes favorecidas.

Essa questão se agudiza ainda mais após 1964, com os governos militares, uma vez que a lógica era pautada pelo autoritarismo e pelo cerceamento de toda e qualquer manifestação aos modelos de governo gestado pelo Estado. O fosso entre elite e classe dominada se torna mais aguçado, com diferença clara entre o papel a ser desempenhado por cada um. Essa distinção é determinada principalmente pelo acesso ao ensino superior e pelos cursos escolhidos.

O alvorecer da década de 1960 foi bastante conturbado para as classes dominantes brasileiras, uma vez que a sociedade enfrentava uma crise de grande porte nas esferas econômica e política, resultado das manifestações populares em prol das reformas sociais e diante da ameaça comunista, intensificada com a Revolução Cubana.

A partir do ano de 1961, o Brasil passou a ser governado por João Goulart, um presidente que pretendia estabelecer reformas no país que não agradavam as chamadas classes dominantes. Foi considerado um governo de cunho nacionalista que acabou sendo destituído pelo golpe militar, iniciado no alvorecer do dia 1º de abril de 1964 (SOUZA e OTRANTO, 2012, p. 1386).

Esse contexto intensificou ainda mais as tensões entre o capital e o trabalho, refletindo diretamente na hegemonia do Estado brasileiro. A instabilidade que

---



assolava o Brasil nesse período culminou na intervenção das Forças Armadas na estrutura do poder vigente, instaurando um regime autoritário e ditatorial. As forças conservadoras, com uma parcela da Igreja Católica e com a cúpula militar brasileira, manipularam as informações a respeito dos movimentos sociais então existentes e forjaram o Golpe Militar – como passou a ser conhecido aquele episódio – deflagrado no Brasil, em 31 de março de 1964. Essa nova ordem exigiu uma reorganização da sociedade política e civil, por meio da qual o Estado se configurou como mediador dos interesses do capital nacional e multinacional. De acordo com Romanelli (2006, p. 205),

[...] com a acelerada industrialização, a tendência à criação de serviços é imensa, devido à necessidade de obras de infraestrutura e do crescimento do setor terciário [...]. Foi o período da instalação de grandes firmas multinacionais [...], o que exige uma extensa gama de serviços.

Os governos militares tinham de pensar uma adequação da educação para atender às demandas como também neutralizar qualquer influência do socialismo entre os estudantes, notadamente entre os universitários. Nesse sentido, podemos citar como referência desse processo a Reforma Universitária (Lei 5.540 de 1968) que enfatizava “a necessidade de disciplinar o estudantado” (FREITAG, 1986, p. 83), uma vez que o papel do estudante era o de aprender, e o do professor, o de ensinar, não havendo, portanto, razão para a atuação política. Vale destacar que

A reforma universitária é entendida como fragmentos de uma revolução passiva, que não contava com a participação da sociedade civil, além do mais tem como objetivo também, ‘desmobilizar eventuais movimentos neste campo’. (GERMANO apud VIERA, 1994, p.104).

Romanelli (2006, p. 218), refletindo sobre esse período, faz alusão a

convênios através dos quais o MEC entregou a reorganização do sistema educacional brasileiro aos técnicos oferecidos pela AID. Os convênios, conhecidos comumente pelo nome de ‘Acordos MEC-USAID’ tiveram o efeito de situar o problema educacional na estrutura geral de dominação, reorientada desde 1964, e de dar um sentido prático a essa estrutura. Lançaram, portanto, as principais bases das reformas que se seguiram e serviram de fundamento para a principal das comissões brasileiras que completaram a definição da política educacional: a Comissão Meira Matos.

---



Em 1965, foi composta uma comissão para analisar o ensino superior brasileiro e apontar novas formas de funcionamento das universidades. Os estudos realizados sobre a política educacional brasileira destacaram, por meio do Relatório Atcon, a necessidade de racionalizar o ensino superior, estruturando-o sob o modelo empresarial, abrindo caminho para a privatização da educação.

Vale salientar que a Reforma Universitária não foi simplesmente a assimilação das recomendações contidas nos relatórios acima especificados, mas foi também fruto das reivindicações das classes dominantes desde os anos de 1940. O Regime Militar, por meio da Reforma Universitária, buscou desesperadamente coibir a proliferação, nas universidades, de um projeto pautado na crítica ao regime e na busca da democracia e, com isso, despolitizar e desmobilizar os corpos docente e discente do ensino superior. No governo Costa e Silva (1967), tivemos mais uma comissão para analisar o ensino superior, com o nítido propósito de estudar a crise estudantil, formulando mudanças no sistema educacional e tendo na Reforma Universitária o meio de esvaziar as organizações estudantis.

A reforma Universitária abrangeu a adoção do ciclo básico, ciclo profissional, matrícula por semestre, alteração de trabalho dos professores, extinção da cátedra, instauração do sistema de créditos, estrutura departamental e dedicação exclusiva dos professores, além, é claro, da preocupação em enfatizar a importância da autoridade e da disciplina, que trouxe para a universidade novos processos que castravam a participação dos seus membros (escolha dos reitores) nas decisões repressivas ao âmbito universitário. Tudo isso tinha um único fim: suprimir a autonomia das universidades, que ficavam entregues aos 'delegados' da 'revolução'.

Salientamos que não somente de ações coercitivas norteavam a política governamental. Ela também propagava 'a Ideologia da Segurança nacional', como forma de obter da sociedade civil legitimação e aprovação. Tudo isso criava a ilusão de um Estado nacionalista, preocupado com os necessitados e com a formação profissional dos estudantes que viam nesse trabalho o meio de contribuir para o progresso da nação, com sua "[...] cota de sacrifício, pois tinham de permanecer durante certo tempo em remotos lugarejos do interior ou nas periferias das cidades, recebiam em troca, a possibilidade de um vasto campo de treinamento [...]" (GERMANO, 1994, p. 137).

---



A Reforma Universitária destacou a relação entre a educação e o mercado de trabalho, mediante a qual os cursos de 2º grau e universitários tinham de preparar os alunos para esse fim e, para isso, a política educacional “[...] deveria ser compatível com as necessidades do mercado [...]” (GERMANO, 1994, p. 138). Ao longo do regime militar, o ensino superior foi modificado para sufocar as contestações ao regime, eliminando das universidades os elementos contrários ao golpe de 64. Fruto da política vigente na época, a Reforma Universitária de 68 foi concebida para restaurar a ordem, sob o domínio da autoridade e da disciplina.

## CONCLUSÃO

Analisando os aspectos levantados neste trabalho, podemos dizer que o ensino superior no Brasil pós-64 foi marcado pela repressão a toda forma de contestação ao regime vigente. Para alunos e professores, a universidade era somente um espaço para se aprender e ensinar. O Estado Militar, para atingir os seus objetivos, instaura, em 1968, a Reforma Universitária, que reestrutura o ensino, baseado na coerção e na disciplina. Desse modo, a universidade perde sua autonomia, ficando atrelada às determinações do Presidente da República. Como consequência, a educação brasileira nesse período sofre um retrocesso com relação principalmente à liberdade e à democracia.

## REFERÊNCIAS

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GERMANO, José Willington. **Estado Militar e Educação no Brasil (1964 – 1985)**. São Paulo: Cortez, 1993.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 30. ed. São Paulo: Vozes, 2006

SOUZA, Aline N. Ferreirinha de e OTRANTO, Celia Regina. As Políticas Educacionais para o Ensino Superior da Ditadura Militar (1968-1985) e do Governo Lula da Silva (2003-2010) e seus reflexos na reformulação do Estatuto e Regimento Geral da UFRJ. **IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS - HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL** - João Pessoa: UFPB, 2012 – Anais Eletrônicos

---